

NAÇÃO, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO NO AMBIENTE INTELECTUAL DOS ANOS 50

Aluna: Amanda Terencio dos Santos (Cnpq)

Orientador: Luís Reznik

Introdução

O cenário era de otimismo e expectativas em relação ao futuro no pós-II Guerra Mundial, no Brasil. O tempo era de participação política e liberdades exercidas por meio de greves e manifestações públicas de idéias – o oposto do que havia sido com o Estado Novo. Era a democratização; a participação popular nas questões públicas, garantidas pela Constituição de 1946. Com o pós II Guerra entrava, também, em cena ideologias que alteraram as percepções sobre o que se entendia por nação, democracia e desenvolvimento. As análises dos discursos de Celso Furtado, Anísio Teixeira e Hélio Jaguaribe, autores clássicos do pensamento político e social brasileiro, são elucidativos para a compreensão de projetos e discussões políticas do ambiente intelectual e de grupos partidários da década de 1950. Contribuindo e completando o panorama, estão os livros didáticos de História do Brasil, publicados entre 1945 e 1960. A produção didática nos permite analisar como os conceitos norteadores de nosso projeto, e desse tempo, foram veiculados, principalmente se levarmos em conta que esta mesma produção não esteve isenta de posições políticas de seus autores, que mesmo que de forma tênue, transparecem em seus textos.

Objetivos

Ao permear as associações conceituais propostas pelos intelectuais paradigmáticos, Anísio Teixeira, Celso Furtado e Hélio Jaguaribe, pretendemos identificar os diversos sentidos conferidos aos conceitos de nação, democracia e desenvolvimento, bem como captar os locais de anunciação. E temos nos livros didáticos

mais um objeto documental, um pressuposto de análise, visto que estão imbuídos dos valores de seu tempo, a década de 50.

Metodologia

Iniciamos o trabalho em pesquisa com leituras de fontes teóricas, o que foi realizado através das obras de Reinhart Koselleck, *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*, e J.G.A Pocock, *Linguagens do ideário político*. Os trabalhos de Koselleck e Pocock nos ofereceram grandes contribuições acerca da análise dos conceitos e dos discursos políticos, em que os mesmos conceitos estão envolvidos. Ou seja, com Koselleck apreendemos que a linguagem é como uma lista que indica as transformações do mundo e no mundo e que os conceitos tornam apreensível a sociedade, as ações políticas, o contexto situacional; e com Pocock apreendemos que os atores políticos são “inovadores” e “expropriadores” – inovam os discursos introduzindo novos conceitos e expropria de outrem sua linguagem. Os discursos seriam polivalentes, pois apresentam linguagens capazes de dizer coisas diferentes, de diversas maneiras. A linguagem contém passado e dimensão histórica.

A pesquisa contou com reuniões semanais para discussões historiográficas das obras selecionadas para nossa análise dos conceitos e de matérias que contribuíram para esta mesma análise, tais como: “*Que é o Ademarismo?*”, texto de Hélio Jaguaribe, e “*Significação do nacionalismo*”, texto de Hermes Lima – ambos publicados em *Cadernos de Nosso Tempo*. Hélio Jaguaribe trouxe-nos, na pessoa de Ademar de Barros (político brasileiro, a quem o texto faz referência), as condições políticas e econômico-sociais que se foram vividas no Brasil, a partir de 1930 – a dita política de “clientelismo” baseada na figura de um líder. Hermes Lima, na exposição do conceito de nacionalismo, permitiu-nos identificar que o conceito de nacionalismo – conceito fortemente presente no período de Guerra Fria – está atrelado ao conceito de independência nacional e que, em cada tempo e contexto, o nacionalismo enfrenta questões diferentes.

Perscrutando o sentido e o significado do conceito de desenvolvimento, bem como dos conceitos de nação e democracia, realizados também com base em obras dos intelectuais Anísio Teixeira e Hélio Jaguaribe, tomamos de empréstimo as análises realizadas pelo economista Celso Furtado, em *A pré-revolução brasileira* (obra publicada

em 1962), acerca dos fatores de subdesenvolvimento e da questão da política de desenvolvimento econômico, no Brasil. Celso Furtado foi um economista brasileiro que figurou em diversos cargos importantes que lhes proporcionaram uma multiplicidade de conhecimentos das questões públicas de nosso país, dentre eles o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), cujo qual assumiu a direção.

Apartir da leitura das obras desses intelectuais, foram realizadas discussões que visaram trocas que possibilitassem o entrecruzar dos autores permeando, assim, o ambiente intelectual da década de 1950. A bolsista Claudia Barroso Roquette-Pinto Bojunga dedica-se à análise dos conceitos no discurso de Anísio Teixeira e o bolsista Walmyr Gonçalves da Silva Junior no discurso de Hélio Jaguaribe.

Encontram-se, também, entre nossas fontes documentais os livros didáticos de História do Brasil, publicados entre 1945 e 1960. Assim, demos início a um levantamento desses livros didáticos via internet e por consulta ao acervo da Biblioteca Nacional. Uma vez realizado este levantamento, o orientador, professor Luís Reznik, selecionou dois livros para cada bolsista realizar um fichamento analítico dos conceitos norteadores de nosso projeto – nação, democracia e desenvolvimento. Munidos destes fichamentos com análises nossas referentes às atribuições que foram feitas por esses autores aos conceitos, realizamos discussões que possibilitaram observar pontos de contato entre os autores e pontos de discordância. Em outras palavras, analisamos se os conceitos se apresentaram da mesma forma (ou não) entre os diferentes autores e os diferentes intervalos de tempo – embora dentro do recorte temporal proposto. Dos fichamentos resultaram relatórios entregues ao orientador que, então, os apresentou na Associação Nacional de História (Anpuh), ocorrida este ano, em Fortaleza.

Couberam a mim os livros didáticos *História do Brasil – para o terceiro ano do curso comercial básico*, de Ary da Matta, publicado em 1946, e *História do Brasil – terceiro ano colegial*, de Alfredo d' Escagnolle Taunay e Dicamôr Moraes, publicado em 1953.

Conclusão

Celso Furtado, muito otimista em suas análises, acreditava estar se vivendo, nos três decênios de 1930 a 1960, uma fase decisiva para o processo de desenvolvimento

econômico do país, pois realizávamos a “transformação de uma economia colonial num sistema industrial diferenciado”. Eram anos de consciência política e econômica, principalmente, da necessidade da elaboração de uma política de desenvolvimento e da condução do Estado na atuação da mesma.

O Brasil, empenhado em seu processo de arranque industrial, reformulou as estruturas de sua economia, permitindo, assim, “transferir para o país os principais centros de decisão de sua vida econômica”. Até então o desenvolvimento econômico processava-se por ritmo e “indução de fatores externos” – característica que persistiu na economia brasileira do período colonial até 1930. Esse desenvolvimento era dotado de um caráter cíclico, ou seja, cada período de produtividade e crescimento da economia “seguia-se outro de depressão” e de esvaziamento de qualquer dinamismo.

Os períodos de prosperidade não, necessariamente, constituíam progressos reais. E como o “centro de irradiação” da economia localizava-se em diferentes regiões, o que permitia ter distintos produtos explorados, ocorria a existência simultânea de períodos de prosperidade e de depressão, pois dado produto podia atingir boa fase de produtividade enquanto a etapa de depressão se prolongava. “Desta forma, a sucessão de etapas de crescimento, em vez de engendrar uma diferenciação progressiva da economia nacional com elevação da produtividade, traduzia-se em um movimento horizontal de ocupação extensiva do território nacional” (Celso Furtado, *A pré-revolução brasileira*, p.108). Crescia, então, o vasto território do “subdesenvolvimento econômico”.

É, a partir de 1950, que ocorre a transmutação da economia brasileira. Rompe-se com a economia colonial e inicia-se o processo de desenvolvimento industrial, com base no café – o café exerceu importante papel na dinamização do mercado interno. Os estímulos a industrialização significou maiores possibilidades de investimento e recursos, alta produtividade, diversificação estrutural, mas, também, significou a possibilidade de um mercado alternativo, ou seja, criou mercado interno para absorver os diferentes produtos de exportação proveniente das diversas regiões do país, não sendo mais necessário depender do mercado externo. O impulso industrial significou “um sistema nacional progressivamente integrado”, eliminando essas ilhas econômicas ligadas ao mercado internacional.

Essas mudanças no sistema econômico do país permitiram a este ter autonomia no plano de suas decisões econômicas, autonomia essa em setores que “condicionam o processo de desenvolvimento econômico nacional”, tais como: a siderurgia e a indústria petrolífera. Embora a capacidade de decisão seja necessária à política de desenvolvimento, esta não significa tudo. O Brasil pode passar das exportações para o investimento, mas este investimento precisou transformar-se em equipamentos; e esse constituía o novo problema, pois os equipamentos se encontravam fora do país, o que limitava o poder de decisão.

Importar equipamentos tornou-se uma barreira pelos seguintes motivos: a guerra (Segunda Grande Guerra), que modificou as formas de importação e trouxe a procura por “produtos semi-elaborados” (aço e metais não-ferrosos) e combustíveis, “deixando escassa margem para a importação de equipamentos”; a pressão inflacionária, que tornava estreito os meios de pagamento; e a complexa tecnologia, que limitava a assimilação.

Paul Bairoch, no verbete da *Enciclopédia Einaudi, Desenvolvimento/Subdesenvolvimento*, chama a atenção para essa dificuldade de assimilação tecnológica, por parte dos ditos países do Terceiro Mundo. Para Bairoch, analisando a revolução industrial inglesa e o conjunto de técnicas legados por ela, a maioria dos países do Terceiro Mundo não possuía “obstáculos intransponíveis devidos a grandes diferenças tecnológicas”. As diversidades de níveis tecnológicos não eram tão significativas que não permitissem uma evolução agrícola – as diversidades não criavam uma profunda clivagem.

O Japão, por exemplo, realizou um bem sucedido processo de modernização e desenvolvimento da economia. Este conquistou uma posição importante entre os países da Ásia por não ter sofrido “qualquer importante dominação colonial, direta ou indireta”. Soma-se o fato de ser um país singular – “tecnicamente avançado” e “politicamente estruturado”; no entanto, não participava da rede de trocas comerciais entre Ocidente e Ásia, pelo menos até 1853.

A Revolução Meiji teria sido, então, embasada em uma tomada de consciência. Consciência da superioridade e revolução técnica, militar e econômica por que passou

seus “agressores”: os Estados Unidos; uma tomada de consciência da necessidade da questão e do processo de desenvolvimento econômico.

Mas a partir de 1890-1900, as técnicas legadas pela Revolução Industrial inglesa se tornam complexas. A sua utilização, então, não pode mais se dar pela simples assimilação – “imitação por simples informação”. Diante da complexidade das novas técnicas, se o Japão demorasse a iniciar sua modernização e desenvolvimento econômico, encontraria obstáculos maiores que os encontrados. Assim como os encontrou os ditos países do Terceiro Mundo que se empenharam tardiamente, e nisso se inclui o Brasil.

É importante destacar também que essa complexidade tecnológica veio acompanhada da necessidade de um ensino técnico e da reformulação do ensino em geral. A nova tecnologia requeria um maior conhecimento de seus mecanismos; assim, a constituição de um parque industrial necessitava de “potencial tecnológico” que poucos países do Terceiro Mundo tinham em seus domínios.

Percebemos, então, que, para Paul Bairoch, a complexidade das novas técnicas constituía um obstáculo ao processo de arranque do desenvolvimento econômico dos países do Terceiro Mundo. Não só o “atraso tecnológico”, mas, também, a hipertrofia urbana, pois dela resulta o subemprego que, como “unidades de atividade com produção insuficiente”, atinge a “eficácia do conjunto da economia”.

Outra conseqüência da hipertrofia urbana é a hipertrofia do setor terciário. O setor terciário é importante na medida em que promove a distribuição dos bens produzidos pelos dois outros setores e assegura a possibilidade de consumo, possível pelo aumento do nível de vida (criado pela Revolução Industrial), no entanto, sua ação provoca o deslocamento da população ativa, além do fato de que seu crescimento faz frente à produtividade agrícola e industrial que é relativamente baixa. “Nestes casos, a hipertrofia do terciário impede o desenvolvimento, pela pressão que esta provoca sobre o nível de vida e também (e sobretudo) pela pressão que exerce sobre os preços nos setores de produção, em virtude do custo adicional originado pela distribuição” (Enciclopédia Einaudi, p. 424-425).

Mas voltemos ao que diz Celso Furtado. Durante a década de 1960, o crescimento da economia brasileira já havia maturado o suficiente para efetivar-se uma política de desenvolvimento nacional. O país havia alcançado relativa autonomia em três

setores importantes: combustíveis líquidos, equipamentos e metais industriais, ou seja, os problemas haviam sido solucionados. Enquanto essa autonomia se processa, a economia vai se tornando flexível, o que permite ultrapassar a fase de “pressões inflacionárias incontíveis. Já não existirá a dicotomia entre crescimento com inflação ou estagnação, pois os dois vetores do processo de formação de capital – a poupança e o investimento – poderão ser disciplinados mediante decisões internas que não se traduzam, necessariamente, em redução do ritmo de crescimento econômico” (Celso Furtado, *A pré-revolução brasileira*, p.114).

O Brasil se encontrava no limiar de uma nação industrial. Registravam-se altos níveis produtividade e uma crescente diferenciação, dentro de uma estrutura econômica industrial cada vez mais complexa. Para Furtado, observando o transcorrer desses três decênios, percebe-se que o desenvolvimento do país esteve mais pautado em uma “imposição histórica do que de uma tomada de consciência da realidade nacional pelos homens que dirigiam o país”.

Furtado não está sendo paradoxal em suas afirmações, o que ele quer dizer é que embora houvesse a consciência da importância de um Estado condutor de seu processo de desenvolvimento, a realidade foi impositiva e forçou soluções. Refletindo sobre o papel do Estado, Furtado acreditava que este deveria adotar medidas intervencionistas criando condições para o empresariado privado. No entanto, este deveria “entrar no momento certo e sair na ocasião oportuna”, ou seja, sua ação deveria ser racionalizada e pautada em diretrizes; assim, quando da entrada de capital estrangeiro, que poderia ser favorável a economia, o Estado saberia o momento certo de intervir e o de se ausentar.

Hélio Jaguaribe, em *Nacionalismo na atualidade brasileira*, tem uma visão outra em relação ao capital estrangeiro. Para ele a entrada de capital estrangeiro é uma forma de “entreguismo” – “entreguismo” dos recursos naturais do país. Jaguaribe defende uma participação coletiva na busca do desenvolvimento econômico e está preocupado com a imagem de nação do Brasil às comunidades internacionais.

Furtado não se preocupa menos com essa mesma imagem, por isso, chama a atenção para a necessidade de o país fazer-se independente, soberano e criar condições de se autogerir. Furtado não via o capital estrangeiro como algo danoso à economia brasileira, aliás, acreditava que podia fomentá-la, desde que sua ação fosse bem gerida,

assim como todo e qualquer movimento dentro da economia. Talvez, por se tratar de um economista, sua visão tenha sido mais pragmática e sem exacerbado nacionalismo.

Se, no entanto, suas visões diferem das de Jaguaribe, no que se refere aos mecanismos de desenvolvimento, suas visões, no que tange à democracia, corroboram, em certo sentido, as de Anísio Teixeira, em sua obra: *Educação não é privilegio*. Para Furtado democracia (ou Estado democrático) deve ser garantia de alto padrão de bem-estar social e humanismo. E o meio para alcançar esse estado de democracia ou Estado democrático será o desenvolvimento.

Em um país subdesenvolvido, atingir esse bem-estar social requer, não apenas, uma política de desenvolvimento, mas a redução do *laissez-faire* – doutrina econômica de livre mercado; e nisso cabe a capacidade de o Estado saber o exato momento de interferir na economia e o de deixá-la agir, o que já foi dito anteriormente. O Brasil, na concepção de Furtado, por seu atraso no aparelho administrativo estatal, tem utilizado de medidas de desenvolvimento improvisadas; logo, será preciso se organizar, definir funções e objetivos.

Enfim, democracia, Estado democrático deve ser entendida como uma forma de assegurar à sociedade os meios de existir: a possibilidade de poder se organizar visando uma atividade produtiva, econômica (pensando aqui no Nordeste e a questão da seca, assuntos tão caros a Furtado), a eliminação da miséria, a possibilidade de emprego, a garantia de níveis de educação e saúde, etc – visões de igualdade social que tocam as de Anísio Teixeira.

Assim, democracia, para Furtado, vai além de representatividade política; é aquela que permite o desenvolvimento do “homem em sua plenitude”. E para tanto, será necessário não só o desenvolvimento como meio, mas, também, a transformação do corpo institucional e dos sistemas/padrões econômicos.

Outro assunto de suma importância, para Furtado, é a questão da reforma de base. Furtado entende reforma de base como sendo a supressão dos fatores que impedem que outros setores econômicos e sociais se adaptem ao desenvolvimento alcançado. Com o desenvolvimento houve o aumento de consumo e investimentos, no entanto, os frutos desse desenvolvimento tiveram acesso limitado. Muito se foi investido,

mas no setor industrial. Soma-se a isso a incapacidade do Estado gerir amplas e complexas funções, resultando numa ação descontinuada e desconexa.

Desenvolvimento é, assim, para Furtado, a causa e a saída para muitos de nossos problemas, dependendo apenas de como esse será dirigido e posto em prática. Nesse sentido, a situação da estrutura agrária muito se deve ao desenvolvimento alcançado/realizado até aqui. Não é a redistribuição de terras a solução do setor agrário, na visão de Furtado, sim que este seja atingido pelos benefícios do desenvolvimento. Contudo, é imperativo, também, que este mesmo setor seja dotado de técnicas e capital para fazer frente à procura de produtos agrícolas, visto que o setor urbano cresceu em função do acelerado processo de industrialização – fato posto em relevo por Paul Bairoch em seu verbete, na *Enciclopédia Einaudi*; na análise que faz, um dos agravantes do subdesenvolvimento é, justamente, esse crescimento demográfico que não acompanha ou não é proporcional à capacidade produtiva. Não se pode deixar de pensar também na posição que deverá assumir o Estado nessa reformulação da estrutura do setor agrário. O Estado deverá estar munido de instrumentos capazes de engendrar investimentos nesse setor.

Em Furtado, política, economia e sociedade são reflexos. Certamente, por isso a reforma de base deva ser seguida de uma ação estatal concertada e de uma política-econômica de estímulos ao setor agrário, a fim de eliminar as “tensões sociais”. Essa tríade – economia, política e social – fica evidente ao longo de sua obra, principalmente se tentarmos captar o significado de seu título: *A pré-revolução brasileira*.

Embora seja, neste período, o desenvolvimento um imperativo, o objetivo da pré-revolução não é o desenvolvimento, mesmo sendo este um “fim em si mesmo”. O que objetiva a pré-revolução são o “humanismo e otimismo com respeito à evolução material da sociedade”, ou seja, o bem-estar social, as condições materiais de vida e a dignidade da população, que vive em condições abjetas no processo de desenvolvimento brasileiro.

Esse aspecto negativo do desenvolvimento não é deixado de lado em nenhum momento por Furtado, muito pelo contrário. Para ele o desenvolvimento, na sua forma negativa, trouxe a “concentração social e geográfica da renda”, no entanto, proporcionou ao Estado brasileiro a capacidade de se autogerir. Mesmo os aspectos sociais negativos

oriundos do desenvolvimento, este é para Furtado o meio (não o fim) para alcançar os objetivos da pré-revolução brasileira. Assim, o desenvolvimento, sendo realizado com base em um plano sistemático que vise transformar diretrizes em ação, poderá trazer os objetivos que se deseja alcançar: o bem-estar social. Em outras palavras, é preciso “uma filosofia que nos oriente na ação”.

Sendo o desenvolvimento um meio, Furtado não corrobora a tese de que o desenvolvimento é a contrapartida da liberdade cívica dos cidadãos, tão presente no discurso do período de guerra fria. Essa tese não serve às idéias de Furtado, ao o que deseja expor. É antes o oposto de suas idéias, pois Furtado acredita que somente por meio do desenvolvimento, ressaltando a necessidade de ser este orientado por uma filosofia de ação com critérios sociais, é que o homem será libertado do estado de miséria, “exploração e sujeição”; logo, o desenvolvimento seria a humanização do homem; este é para Furtado o sentido de humanismo – oferecer ao homem meio de vida mais dignos.

A pré-revolução brasileira seria todo um movimento por meio do desenvolvimento para que se alcance “o homem em sua plenitude”. Uma revolução ampla, que permeando em todos os aspectos permitiria uma convivência social e condições materiais de vida ao homem.

Ela seria, assim, uma revolução de idéias, no sentido que repensa o funcionamento, as doutrinas e os ideais que baseiam nossa economia e política ou mesmo político-econômica, visto que economia e política em Furtado é algo que está intimamente associado, caminham juntas refletindo uma na outra; uma revolução política, no sentido que repensa as funções e as ações do Estado, sua maquinaria administrativa e deseja dar corpo a um Estado presente (não se manter a parte das decisões que interferem em todo modo de vida da população, incluindo, principalmente, o que se refere à economia) e racional; uma revolução econômica, no sentido que se deseja promover uma economia que não é meramente conduzida no estilo *laissez-faire*, mas uma economia racionalizada e sistematizada; e uma revolução social, no sentido que visa proporcionar e garantir o bem-estar social.

Desse modo, a pré-revolução brasileira tem como fim o homem: o homem em sociedade e todos os fatores que implicam esse mesmo homem em sociedade. O meio para atingir esse fim será o desenvolvimento (sempre a serviço do social) e os métodos

que se usará será a própria revolução nas estruturas da economia, da sociedade e da política.

Resumindo, os anos de 1930 a 1960 foram marcados por forças de atuação econômica, sem que, no entanto, os novos caminhos de acesso ao desenvolvimento tenham sido facilitados por uma política de desenvolvimento. Havia muito por realizar, mas alguns passos já haviam sido dados nesse sentido, no sentido de alcançar o Desenvolvimento – não o desenvolvimento como crescimento, mas sim enquanto sistema econômico. Surgem, a partir de 1953, o BNDE e o Conselho de Desenvolvimento Econômico, linhas de política de desenvolvimento. A adoção dessas linhas de política encerra a “fase intermediária, iniciada em 1930”. O processo de desenvolvimento era, basicamente, também, um processo de industrialização.

Podemos perceber, então, pelo o que foi esboçado do pensamento de Celso Furtado que suas análises da economia brasileira, entre 1930 e 1960, se coaduna, de certa forma, com a idéia exposta por Paul Bairoch no verbete da *Enciclopédia Einaudi*: o subdesenvolvimento não implica ausência de crescimento econômico, no entanto, este não pode ser traduzido como Desenvolvimento. Desenvolvimento, para Bairoch, é a eliminação das disparidades de níveis de desenvolvimento entre os países do Terceiro Mundo e os desenvolvidos, isto é, eliminar os desníveis.

Partindo, agora, para outra fonte de análise - livros didáticos de História do Brasil, publicados entre 1945 a 1960 - dos conceitos de nação, democracia e desenvolvimento, teremos mais um nicho documental, um pressuposto de análise do conceito e os dos valores que a estes foram atribuídos, dentro deste recorte temporal; bem como, penetrar o ambiente escolar, onde este material circula.

Perscrutando os livros didáticos percebemos que o conceito de desenvolvimento aparece associado a progressos materiais, ou seja, incremento de técnicas em nosso sistema produtivo, seja ele industrial ou agrário, realização de obras públicas que viabilizassem a melhor circulação dos produtos, a realização de obras sanitárias que proporcionassem melhores condições de vida, e mesmo a vinda do imigrante como dinamizador da economia. Em outras palavras, desenvolvimento está associado à evolução econômica e à expansão industrial.

O conceito de nação está associado à mobilização popular, à civismo, faz referência ao povo brasileiro; e o conceito de democracia aparece de forma sutil, embora seja perceptível a associação que é feita deste a liberdade, isto é, com valor político.

Expondo com mais vagar, o primeiro livro didático analisado por mim [MATTA, Ary da. **História do Brasil – para o terceiro ano do curso comercial básico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.] apresenta o desenvolvimento como sendo algo relacionado com obras públicas: construção de rodovias e ferrovias. Desenvolvimento, no texto de Ary da Matta, não ganha sentido/significado de melhores condições de vida, também não se liga a construção de um parque industrial. Está ligado a comércio de uma forma geral, sem distinção de setor que beneficia (indústria ou agricultura).

“Por outro lado as crescentes necessidades do nosso mercado interno são satisfeitas com os próprios recursos nacionais o que reflete um belo índice de progresso. Nossa tecelagem, cerâmica, produtos elétricos, entre outros, tem grande aceitação nos mercados vizinhos” (Ary da Matta: 1946, p. 243-244).

“As novas necessidades criadas com o progresso do país determinaram o prolongamento de vias férreas e rodovias, bem como a construção de novas, a construção, reparação e aparelhamento de portos e desdobramento de redes fluviais” (Ary da Matta: 1946, p. 245).

O conceito de nação, como já foi dito anteriormente, aparece associado à exaltações patrióticas – que utilizando as palavras “povo” e “patriotas” transmitem a idéia de unidade e sentimento coletivo. Já o conceito de democracia aparece indicando, por vezes, o que se opõe a ele.

“O governo presidencial de Getúlio Vargas fica enquadrado entre sua eleição pela Assembléia e o golpe de estado de 1937 que pôs fim às instituições liberais e democráticas no Brasil” (Ary da Matta: 1946, p. 253).

O segundo livro didático analisado [TAUNAY, Alfredo d’ Escagnolle e MORAES, Dicamôr. **História do Brasil – terceiro ano colegial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953] apresenta o conceito de desenvolvimento de forma diferente. É característico deste segundo livro didático, marcar uma visão de Brasil: um país essencialmente agrícola e com pouca capacidade para desenvolver uma indústria forte. No entanto, capaz de atingir progressos materiais em função de certa estabilidade política

e da imigração européia. Desenvolvimento no livro didático, de Alfredo d'Escragnolle Taunay e Dicamôr Moraes, aparece atrelado às obras higienizadoras, ao saneamento.

No decorrer de suas páginas, apresenta o Brasil como um país de “condições físico-geográficas” que “sempre foi excelente caldo de cultura para a proliferação de agentes transmissores das chamadas doenças tropicais” (p.191); logo, as ditas obras higienizadoras só poderiam representar de certa forma o desenvolvimento – com elas vieram os estudos e combate das “doenças tropicais”.

“Não havia um serviço à altura das necessidades profiláticas, donde a conclusão pitoresca porém fundamentada de Capistrano de Abreu: ‘Da higiene pública incubem-se as águas da chuva, os raios do sol e os diligentes urubus!’. Não havia nenhuma preocupação no sentido de divulgar preceitos de educação sanitária, o que leva o povo a acreditar nas charlatanices do ‘mau olhado’, da ‘espinhela caída’ [...]” (Alfredo d'Escragnolle Taunay e Dicamôr: 1953, p.192).

As demais obras públicas – construção de rodovias e ferrovias – para estes autores, não são sinônimas de desenvolvimento. São antes mentiras artificiosas, pois não existem “senão no papel”. Assim, se no livro didático, de Ary da Matta, as obras públicas são importantes ao desenvolvimento, aqui não ganha muito espaço.

“Naturalmente a quase totalidade das novas empresas era fantásticas, e não tinha existência senão no papel [...] Ao lado de projetos irrealizáveis como estradas de ferro transcontinentais, grandes empresas de navegação, colonização de territórios os mais afastados e inacessíveis do país, surgem negócios de todo disparatados [...]” (Alfredo d'Escragnolle e Dicamôr Moraes: 1953, p.172).

Durante a República, o progresso material está associado à imigração européia. A imigração teria representado mão-de-obra livre e assalariada e o “apogeu da riqueza nacional”. Para demonstrar a importância da imigração para a economia do país os autores expõem um quadro com dados, colhidos em 1940, que representam este progresso: a região sul apresenta o maior número de máquinas agrícolas empregadas, os maiores valores de produção das principais culturas e os maiores valores gastos com salários e impostos.

O conceito de nação está associado à imagem de povo brasileiro: ao mesmo tempo em que, desfaz a imagem de povo preguiçoso, cria a imagem de povo pobre,

sacrificado e sem instrução. E o conceito de democracia associado à liberdade política e à liberdade de expressão.

“Só assoalha que o brasileiro é preguiçoso quem nunca o viu trabalhar; quem é tão ignorante que, tendo sob os olhos um desgraçado compatriota analfabeto, verminado, sub-alimentado, abandonado dentro de uma miserável palhoça sobre a terra encharcada, confunde essa miséria e esse abandono com preguiça! [...] É prodigiosa, apesar de tudo, a capacidade do nosso trabalhador, só comparável ao seu espírito de sacrifício murejando sub-alimentado [...]” (Alfredo d’Escragnolle e Dicamôr Moraes: 1953, p.188).

“Embora naquele ano de 1945 o presidente Vargas procurasse restabelecer as liberdades democráticas (extinguiu a censura às manifestações do pensamento e marcou dia para as eleições), verificou-se o golpe de Estado de 29 de outubro, desferido por um grupo de generais [...]” (Alfredo d’Escragnolle e Dicamôr Moraes: 1953, p.211).

Referências

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

ENCICLOPÉDIA Einaudi. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986 – v. 7.

FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, Celso. **A fantasia desfeita**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FURTADO, Celso. **A fantasia organizada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

JAGUARIBE, Hélio. “*Que é o Ademarismo?*” In: **Cadernos de Nosso Tempo**, n. 2, jan.-jun. 1954.

KOSELLECK, Reinhart. “*Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos*” In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p. 134-146.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LIMA, Hermes. “*Significação do Nacionalismo*” In: **Cadernos de Nosso Tempo**, n. 4, abr.-ago. 1955.

MATTA, Ary da. **História do Brasil – para o terceiro ano do curso comercial básico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

MORAES, Reginaldo, ANTUNES, Ricardo e FERRANTE, Vera B. (orgs.). *“Teoria e ideologia na perspectiva do ISEB”* In: **Inteligência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 224-256.

POCOCK, J. G. A. *“O Estado da Arte”* In: **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EDUSP, 2003.

TAUNAY, Alfredo d’ Escagnolle e MORAES, Dicamôr. **História do Brasil – terceiro ano colegial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.